

Palmas e alívio na aprovação da Carta

BRASÍLIA — Entre aplausos dos membros da Assembléia e exclamações de entusiasmo do seu Presidente, Ulysses Guimarães, — "Chegamos! Nós chegamos!" — a nova Constituição foi aprovada por 474 votos a 15 e seis abstenções. Para não fugir à regra estabelecida em 19 meses de muito trabalho, 64 constituintes faltaram à última votação.

Ulysses, às 14h30m, encerrou a sessão, manifestando alívio e muita satisfação:

— Graças a Deus, aos Constituintes, à sociedade e ao povo brasileiro, nós chegamos!

De pé, respondeu às palmas dos parlamentares com novas palmas. Ao Centro da mesa, em torno da qual se apinhavam constituintes de diferentes tendências, Ulysses ergueu os polegares, simbolizando o final positivo de uma luta que iniciara ainda nos anos 70, quando empunhara a bandeira de uma nova ordem constitucional para o Brasil.

No plenário, a impressão era a mesma. A sessão, iniciada às 9h30m, fora tranquila. O conflito mais esperado, a exigência de um terceiro turno para validar as matérias que tivessem sido votadas só uma vez — já fora contornado na véspera.

O Presidente da Constituinte, para evitar dúvidas, esclareceu que a votação prestes a ser realizada teria caráter homologatório e confirmatório



Ulysses Guimarães encerra a última sessão e retribui os aplausos do plenário: "Chegamos! Nós chegamos!"

para todos os dispositivos introduzidos no segundo turno ou durante o trabalho da Comissão de Redação. O ato convocatório da Constituinte e o Regimento Interno impõem a votação em dois turnos, para a aprovação da Carta. Ulysses argumentou

que todos os dispositivos que entram no texto foram aprovados soberanamente pelo plenário, e que uma interpretação estrita do Regimento seria prejudicial à Constituinte:

— O Regimento é apenas o início, não é um fim. O fim é a verdade, o

bem, a Justiça. E assim que o juiz interpreta, não de forma servil, mas para obter uma solução em nome do bem.

Ele conseguiu também afastar outros problemas. Remeteu ao Relator pedido do Líder do PDT, Brandão

Monteiro (RJ), de que a Assembléia vote um projeto de decisão suspendendo a assinatura de novos contratos da dívida externa. Enviou à apreciação da Mesa solicitação do Deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), que deseja a realização de três sessões de "comentários à nova Constituição", nos dias 27, 28 e 29 deste mês. Prometeu que seriam examinadas pelo Relator duas reclamações sobre incorreções no texto: uma do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), de que há discrepância entre os dois dispositivos que se referem à data de posse dos novos Governadores; e outra, do Deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), para quem houve alteração de mérito na isenção de pagamento de custas pela expedição de documentos necessários ao exercício da cidadania.

Embora apenas os Líderes tivessem acesso à palavra, um Deputado conseguiu manifestar sua declaração de voto no microfone de apertar. Vicente Bogo (PMDB-RS) afirmou ter votado "sim" sob protesto, pois o dispositivo que assegura amplo direito de propriedade — limitando o alcance da desapropriação de terras para fins de reforma agrária — fora aprovado, com apoio no Regimento, apesar de não haver obtido 280 votos em qualquer das duas votações a que fora submetido.

'Nós conseguimos chegar', diz Ulysses

BRASÍLIA — Após a votação, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, confessou sua emoção:

— Estou feliz, imensamente feliz porque, como disse aos companheiros, nós chegamos. Nós conseguimos chegar.

O Deputado garantiu que, apesar dos momentos de turbulência, em nenhum momento duvidou de que "o País teria o seu principal instrumento jurídico" ainda este ano. Sobre a afirmação de juristas de que a maioria dos dispositivos da nova Constituição depende de legislação complementar, ele disse apenas que, em muitos casos, o próprio Legislativo fará a interpretação da lei.

As críticas recebidas pela programação outorga de medalhas durante a sessão solene de promulgação, no dia 5, ele ressaltou ser uma tradição greco-romana, seguida inclusive quando da inauguração de Brasília.

Detalhando a programação da sessão solene, Ulysses não escondeu sua vaidade ao destacar a revista às tropas, que fará logo na chegada ao Congresso. O Deputado deixou a Casa ao lado de sua mulher, D. Mora, que fez questão de assistir a sessão.

Na última hora, mais cinco mudanças no texto

BRASÍLIA — Depois de revisto pela Comissão de Redação, o texto da nova Carta, cuja votação definitiva foi concluída no início da tarde, recebeu ontem cinco modificações solicitadas por constituintes: em três casos, refez-se a redação aprovada no segundo turno; outra correção reconstituiu uma proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso; finalmente, alterou-se a denominação de um capítulo.

Uma das correções atendeu o Deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ), que não havia gostado da alteração feita pela Comissão no parágrafo quarto do artigo 125, que trata do processo e julgamento de policiais militares e bombeiros em crimes militares. Deslocando a expressão "definidos em lei", do meio para a parte

final do dispositivo, a Comissão alterou o seu mérito.

Com o Senador Konder Reis (PDS-SC), aconteceu um fato inédito: ele pediu à Mesa fosse refeito um texto alterado a partir de sugestão sua. No artigo 111, parágrafo primeiro, inciso primeiro, que trata da escolha dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Konder solicitara à Comissão a substituição da expressão "de carreira" por "togados". Ontem, percebeu que isto modificava o mérito da matéria. Argumentou, então, que juiz de carreira é o de toga, que se submeteu a concurso, enquanto que o juiz togado não.

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pediu a substituição, no artigo 197, da pala-

vra "podendo", introduzida pelo filólogo Celso Cunha, por "devido", aprovada no segundo turno. Com a alteração, as ações de saúde deverão ser executadas diretamente pelo Poder Público ou através de terceiros.

O Senador Fernando Henrique Cardoso havia pedido que o inciso VII do artigo 206 fosse transformado em artigo, para dar maior destaque ao ensino universitário. A Comissão de Redação acabou distribuindo o texto do inciso entre o caput e o parágrafo do artigo 207. O Senador insistiu, ontem, para que todo o texto ficasse no caput do artigo 207.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS) pediu apenas para que o capítulo Da Comunicação passasse a ter a denominação Da Comunicação Social.

Manobra evita briga pelo terceiro turno

BRASÍLIA — Antecipando-se a anunciada questão de ordem que seria formulada pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidiu que a votação de ontem teria caráter "confirmatório" em relação aos dispositivos apreciados em um só turno. Na prática, ela serviu para aprovar a redação final e convalidar o texto da nova Carta, afastando a possibilidade de que as inovações introduzidas no segundo turno e pela Comissão de Redação pudessem ter sua legalidade ameaçada.

A decisão de Ulysses agradou ao Líder do Governo. Sant'Anna preferia que as matérias novas fossem votadas em separado, mas concordou com a solução: "Não foi a ideal, mas satisfatória". Ao lado do Líder do

PMDB, Nelson Jobim (PMDB-RS), que já estava preparado para contradiar a questão de ordem, Sant'Anna comemorou.

Com a decisão, a sessão destinada à votação da redação final serviu para aprovar, pela segunda vez, matérias novas introduzidas, com permissão de Ulysses, no segundo turno, cumprindo o que está disposto na emenda convocatória da Assembléia Nacional Constituinte. A Emenda 26 prevê que todo o texto constitucional seja apreciado em dois turnos de votação o que não teria ocorrido com algumas matérias novas, caso o caráter da votação de ontem não fosse alterado pelo Presidente da Constituinte. No final da sessão, Sant'Anna disse que a decisão da Mesa era suficiente para dar legalidade ao texto.

NA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA, DUAS SUPRESAS

Petista discorda do partido e vota 'sim'

BRASÍLIA — O Deputado João Paulo Pires de Vasconcellos (PT-MG) contrariou a orientação do Diretório nacional do PT e votou "sim" à redação final da nova Constituição. O Líder do PT, Deputado Luis Inácio Lula da Silva, garantiu que João Paulo não será expulso do partido.

A decisão do PT de votar contra o texto foi criticada por todos os líderes. O próprio Lula e o Presidente do partido, Ovídio Dutra, foram votos vencidos no Diretório, que aprovou o "não" por 35 votos a 8. Mesmo favorável à aprovação do texto, Lula e outros 13 parlamentares petistas acataram a decisão. O único a desobedecê-la foi o Deputado João Paulo, que comunicara antes sua intenção de aprovar o texto.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), considerou a decisão do PT "uma equívoco político", contrário ao processo democrático. O Deputado Roberto Freire, Líder do PCB, disse que a atitude do PT se equivalia "a da extrema-direita, que, antes do segundo turno, movimentou-se para rejeitar o texto aprovado pelo plenário".

Segundo o Senador Mário Covas (PSDB-SP), a atitude do PT "destoa da substancial contribuição do partido ao texto constitucional". Já para o Deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA), o "não" dos petistas foi inexplicável, só comparável "à abstenção equivocada cometida pelo partido quando da eleição de Tancredo Neves".

Ao contrário do que se supunha, Lula assegurou que o partido não deverá punir o deputado João Paulo, "por não se tratar de uma questão de fundo" — a seu ver completamente diferente da decisão tomada no Colégio Eleitoral. No entanto, Lula ressaltou que a questão ainda será discutida pelo Diretório nacional.

'Gazeteiro' vai faltar também à assinatura

SÃO PAULO — Das 911 votações da Constituinte, o Deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP) faltou a 857, só perdendo para Mário Bouchardet (PMDB-MG) que "gazeteou" 37 a mais do que ele. Os dois ficaram conhecidos como os maiores "fujões" da Assembléia. Agora, fará jus a mais um título: é o primeiro Constituinte a anunciar que não assinará a Constituição. Não por ter votado em apenas 5,6% das matérias, mas em sinal de protesto: ele argumenta que o texto inviabilizará o País.

Cheidde, que exerce seu segundo mandato, disse não estar preocupado com o preço que terá de pagar pela atitude. Em seu escritório em São Bernardo do Campo, ressaltou que desde o início dos trabalhos captou "a tendência suicida dessa Constituição".

— Desde o início, ela foi dominada por esquerdistas que não aprenderam as lições da União Soviética e da China, dois países comunistas que estão se modernizando.

O Deputado cita pelo menos três pontos aprovados que o levaram a não assinar a nova Carta: o direito de voto aos 16 anos sem a contrapartida da responsabilidade criminal, o direito irrestrito de greve e a aprovação do turno ininterrupto de trabalho de seis horas.

Nas 54 sessões a que compareceu, Cheidde apresentou o número máximo de projetos-de-lei que podia (14). Afirma que só faltou às demais "para não ter que compactuar com conchavos". No entanto, ressaltou que acompanhou os trabalhos de perto: ia a Brasília, mas evitava entrar no plenário:

— Esta será uma Constituição biodegradável: rolará água abaixo, por conta do sindicalismo anárquico que vai se instalar e pelo custo de pseudo-conquistas — sentença.

Protesto, crítica, denúncia: motivos para 6 abstenções

BRASÍLIA — Por discordar do capítulo do sistema tributário — que segundo ele beneficia os Estados mais populosos, especialmente São Paulo —, o Senador Leopoldo Peres (PMDB-AM) decidiu abster-se na votação da redação final. O Senador João Meneses (PFL-PA) teve a mesma atitude, em protesto contra o que classificou como a "desonra do regimento". Outros quatro parlamentares também optaram pela abstenção, por discordarem parcialmente do texto.

Peres explicou que não poderia votar contra o texto, pois ele assinala uma série de conquistas, principalmente no que diz respeito aos direitos individuais e coletivos. Mas afirmou que não concordava com a "discriminação aos Estados pobres" — determinada pela distribuição de renda de acordo com a população — que foi aprovada pela Constituinte.

O Senador disse ainda que a Comissão de Redação extrapolou seus poderes, ao

alterar o mérito de algumas matérias e incluir textos novos, como o que estabelece os bens do Distrito Federal, que não foi apreciado pelo plenário.

Meneses disse que seu voto foi a fórmula que encontrou para denunciar o Presidente da Constituinte que, segundo ele permitiu que a maior parte do texto fosse redigida por grupos de líderes, sem que o plenário tivesse tempo de tomar conhecimento das matérias a ser votadas.

O Deputado Gilson Magalhães (PFL-PE) — que integra o grupo que assinará a Constituição com declaração de voto contrária a uma série de dispositivos incluídos na nova Carta, entre eles o tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano e a nacionalização da economia — também decidiu pela abstenção. A mesma atitude tiveram os Constituintes Irapuá Costa Júnior (PMDB-GO) e Jairo Azi (PFL-BA).